



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

**ATA DA 11ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Aos dez dias do mês de julho de 2013, às 09h00, na sala de reuniões da Corregedoria Geral da Administração, sita à Rua Bela Cintra, nº 847, 9º andar, Bairro Cerqueira César, foi realizada a 11ª Reunião do Conselho de Transparência da Administração Pública, com a presença dos Senhores Membros do Conselho de Transparência da Administração Pública, na qualidade de representantes do Poder Executivo: - da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania **ROBERTO FLEURY BERTAGNI**. Senhores Membros do Conselho de Transparência da Administração Pública na qualidade de representantes de Entidades Não Governamentais e Cidadãos: - da Associação Brasileira de Ouvidores **EDSON LUIZ VISMONA**; - da Transparência Brasil **NEISSAN MONADJEM**. Representantes de Entidades Convidadas: do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo **LUIZ CORREIA LIMA**; da Universidade de São Paulo **MARTIN JAYO**. Participou também, a Diretora do Departamento de Prevenção e Transparência **EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE**. Justificaram a ausência o representante da Casa Civil **MARCELO GIROLDO**; o representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional **ROBERTO MEIZI AGUNE**; a representante da Secretaria da Fazenda **MARIA DO CARMO SCARAVELLI**; a representante da Procuradoria Geral do Estado **MARIA RITA VAZ DE ARRUDA CORSINI**; o representante do Consórcio World Wide Web – W3C Brasil **VAGNER DINIZ**; a representante do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo **DAPHNE DE ABREU SOUSA**; o representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo **HUBERT ALQUERES**; o representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo **JOÃO HENRIQUE IMPERIA MARTINI**.

**ABERTURA - DR. EDSON VISMONA**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Abertos os trabalhos o Presidente iniciou a reunião com a leitura da pauta.

**APRECIÇÃO DA ATA DA 10ª REUNIÃO (12 de junho de 2013)**

Após as devidas retificações e complementações apontadas, a ata foi aprovada.

**RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL**

Ficou registrado na apresentação feita pelo Dr. Bacellar sobre gestão documental e o plano de classificação de documentos na última reunião do Conselho, a proposta de que este Conselho levasse a sugestão à Corregedoria Geral da Administração – CGA para fiscalizar e determinar o cumprimento da lei por parte dos órgãos que ainda não implementaram a gestão documental. Conforme os dados apresentados pelo Dr. Bacellar, o Presidente relatou que dos 95 órgãos da Administração Pública, somente 10 estão cumprindo o processo de gestão documental, 40 órgãos estão em andamento, e 45 não fizeram nada para implementar esse processo. Nesse sentido, foi sugerido a este Conselho que apresentasse a questão à CGA para fiscalização e determinação aos 45 Órgãos, a fim de que promovam a implantação da Gestão Documental com o suporte do Arquivo Público, conforme determinação legal. Foi assinalado que alguns administradores possuem uma visão arraigada a respeito do documento a ser guardado, não promovendo o tratamento adequado. Levantada a questão formal do quórum da reunião para aprovação do assunto, o Presidente informou que não haveria óbice para aprovação desta deliberação, e complementou que o tema não necessitaria de um quórum qualificado para apreciação da sugestão de encaminhamento da proposta à Presidência da CGA. Assim, todos aprovaram a recomendação do Arquivo Público do Estado de São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

**AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DA OAB SP – DR. MARCOS DA COSTA  
COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CGA, CONSELHO DE  
TRANSPARÊNCIA E OAB SP: ELABORAÇÃO DE SEMINÁRIOS REGIONAIS**

Foi assinalada a realização dos 17 ciclos de encontros regionais, com a participação de entidades do Governo, e que teve por finalidade levar às Administrações das Prefeituras do Estado, especialmente as que possuem menos de 50 mil habitantes, a importância do cumprimento à Lei de Transparência e de Acesso à Informação. Registrou-se que na reunião realizada com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - Seção São Paulo, com o Dr. Marcos da Costa, foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho, e na oportunidade, discutiu-se a ideia da organização de seminários junto à população da periferia, nas Seccionais, e nos Centros de Integração da Cidadania - CIC's, com a finalidade de explicar o conceito de participação do cidadão e acesso à informação sobre os serviços prestados pelo Estado, estimulando a participação, e também para esclarecer a respeito do orçamento, dados, e a forma de fortalecimento da cultura da transparência. Foi sugerida a proposta, de início, elucidar a população do subúrbio a respeito da legislação, e apresentar à sociedade civil a Lei de Transparência e Acesso à Informação. Esclareceu-se que o seminário seria realizado em parceria com a OAB e a CGA a fim de fomentar a cultura da transparência. Foi apresentada a proposta de elaborar uma minuta com a participação deste Conselho a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos. Demonstrou-se a importância da estratégia de visibilidade do Conselho para informar ao cidadão do benefício dessa iniciativa, e que ademais, as linhas de ação podem ser traçadas por um projeto. Deliberou-se pela realização dos seminários, com a finalidade de apresentar os trabalhos do Conselho e fomentar a participação, o conhecimento, e orientar os cidadãos a respeito dos temas tratados nas reuniões deste Conselho, com preocupação de atendimento prioritário às regiões periféricas do Estado. O Presidente registrou que foi convidado para participar do Programa da TV Justiça a respeito dos ciclos de debates sobre transparência, informação, e a dimensão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

da participação da OAB neste Conselho, e que o programa foi gravado na semana passada, não sabendo se já foi veiculado. Por fim, foi reiterada a importância do esclarecimento da sociedade civil acerca da existência deste Conselho, não só por meio do portal, mas também com a realização dos seminários. Deliberou-se pela fixação de duas horas de palestras que estimulem e fortaleçam a cultura do conhecimento. Assinalou-se que com o término do ciclo de visitas às entidades convidadas, a sugestão de início dos trabalhos seria na Zona Leste.

**AUDIENCIA COM O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – DESEMBARGADOR IVAN RICARDO GARISIO SARTORI – DIA 16 DE JULHO DE 2013 – TERÇA FEIRA – 10:30H - PRAÇA DA SÉ, S/Nº - 5º ANDAR**

O Presidente informou o andamento dos trabalhos a respeito das próximas audiências, e relatou que a próxima reunião será realizada com o Presidente do Tribunal de Justiça, a seguinte na Assembleia Legislativa, e por fim, com o Procurador Geral de Justiça; e assim, complementou que será concluído o ciclo de discussão com as entidades convidadas, para estímulo à interlocução com os parceiros, acerca do fortalecimento das linhas de ação que estão sendo desenvolvidas, e com a ampliação do escopo do próprio Conselho de Transparência.

**INFORMAÇÕES SOBRE O ENCONTRO DOS OUVIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO; CRIAÇÃO DA OUVIDORIA DO TCE; APRESENTAÇÃO DO CÓDICO DE ÉTICA PELA COMISSÃO DE ÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO; PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DA OAB/SP**

O Presidente registrou o evento realizado no dia 27 de junho de 2013 no Palácio dos Bandeirantes, que contou com a presença do Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, do Secretário da Gestão Pública, do Secretário da Administração Penitenciária, do Presidente da CGA, e da Ouvidora Geral, com a participação de 299 representantes das Ouvidorias do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Estado. Assinalou o anúncio do convênio firmado com a ABO, secção São Paulo, a CGA, e a Ouvidoria do Estado, com a finalidade de capacitar os agentes públicos do Estado que trabalham nas ouvidorias. Manifestou que com a instituição da Ouvidoria Geral, instituída pelo Decreto nº 57.500/2011, demonstrou-se a necessidade da capacitação dos ouvidores. Complementou que nesse evento foi apresentado o trabalho das ouvidorias, que passaram a ter a coordenação e a orientação da Ouvidoria Geral do Estado. Relatou que o Governador do Estado demonstrou a importância dos trabalhos das Ouvidorias no Estado de São Paulo com a promoção do acesso à informação aos cidadãos. Informou que será disponibilizado aos Conselheiros o exemplar da cartilha desenvolvida pela CGA e a Ouvidoria Geral do Estado. Enfatizou o acesso aos relatórios das ouvidorias, e relatou a preocupação em padronizar os relatórios para o aprimoramento e aperfeiçoamento com base nas necessidades apresentadas pelos cidadãos. Foi argüida a preocupação na parametrização e a menção de indicadores, com a finalidade de aprimorar as informações trazidas pelos relatórios. Questionado a respeito do número de ouvidorias existentes, o Presidente esclareceu que na definição da lei cada órgão público deve ter a respectiva ouvidoria, e nesse sentido, existem 299 ouvidorias no Estado. Apontou que houve o desdobramento das ouvidorias com a criação de alguns órgãos de ouvidorias internas e externas, e esclareceu que o Estado de São Paulo possui o maior sistema de ouvidorias do Brasil, e que caminha para coordenação do sistema das ouvidorias a cargo da Ouvidoria Geral. Relatou que quando se reuniu com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado – TCE não havia naquela data a ouvidoria do TCE, e que houve a definição posterior do ouvidor do TCE, o Conselheiro Dimas Ramalho. Registrou a apresentação do Código de Ética da Administração Pública do Estado de São Paulo ao Governador do Estado, que foi elaborado pela Comissão Geral de Ética. Ficou reiterado nesta reunião, a deliberação da última reunião com a Dra. Cembraneli da Defensoria Pública do Estado, a respeito do link no portal da Transparência que remeta ao sitio da Defensoria Pública do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

de São Paulo, e assinalou a homologação no portal da Transparência acerca da existência deste Conselho e da Comissão Geral de Ética. A próxima reunião será realizada no dia 14 de agosto, o Presidente agradeceu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Secretário Rodrigo Garcia, pela disponibilidade da sala, e encerrou esta reunião, da qual eu Eliane Macedo Ferreira da Silva lavrei \_\_\_\_\_, e que foi lida e assinada:

**Conselho de Transparência da Administração Pública, 10 de julho de 2013.**

Representante: \_\_\_\_\_  
**NEISSAN MONADJEM**

Representante: \_\_\_\_\_  
**MARTIN JAYO**

Representante: \_\_\_\_\_  
**LUIZ CORREIA LIMA**

Participante: \_\_\_\_\_  
**EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE**

Vice Presidente: \_\_\_\_\_  
**ROBERTO FLEURY BERTAGNI**

Presidente: \_\_\_\_\_  
**EDSON LUIZ VISMONA**